



Número: **0800397-51.2019.8.20.5135**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Almino Afonso**

Última distribuição : **23/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.845,61**

Processo referência: **0100340-10.2017.8.20.0135**

Assuntos: **Correção Monetária, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO (EXEQUENTE)		RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42150912	23/04/2019 10:05	<a href="#">Cumprimento de Sentença</a>	Petição Inicial

## AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

-

-

Ref. ao Processo nº 0100340-10.2017.8.20.0135

Cumprimento de Sentença de obrigação de pagar quantia certa

Exequente: Luana Beatriz Costa de Araújo

Executado: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

**LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade nº 003.478.432, órgão expedidor SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob o nº 706.168.224-80, residente e domiciliada no sítio Mata-Seca, Zona Rural, Município de Frutuoso Gomes – RN, CEP: 59.890-000, nos autos da ação que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com arrimo no art. 523 do Código de Processo Civil, requerer o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que a seguir expõe:

### I – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1. Nos autos da presente demanda o juiz sentenciante condenou a adversa parte ao pagamento de indenização securitária, no importe de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor a ser acrescido da correção monetária pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, contada a partir do sinistro (03/06/2015) e dos juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação (19/06/2017). Condenou ainda em honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (considerando que 50% do valor arbitrado de 20% de honorários corresponde a 10% sobre o valor da condenação).

2. A r. sentença não foi desafiada por recurso pela adversa parte. A sentença transitou em julgado, conforme certidão anexa. Assim, o caminho processual impele o exequente a deflagrar a fase de cumprimento da sentença.

3. Desta feita, a exequente possui crédito a receber a título de repetição do indébito em dobro, multa cominatória, danos morais deferidos em sentença e o advogado tem a receber honorários sucumbenciais também deferidos em sentença, a qual transitou em julgado, conforme sentença anexa.

4. A lei de ritos estabelece nos artigos 523 e 524 do NCPC que:

“Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

§1º. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo do *caput*, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

§2º. Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no *caput*, a multa e os honorários previstos no §1º incidirão sobre o restante.

§3º. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter:

I – o nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do exequente e do executado, observado o disposto no art. 319, §§1º a 3º;

II – o índice de correção monetária adotado;

III – os juros aplicados e as respectivas taxas;

IV – o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados;

V – a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso;

VI – especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados;

VII – indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível.

(...)”.

5. Consta-se que a condenação foi certa, fixada em sentença definitiva, razão pela qual nada impede o início da fase de cumprimento da sentença.

6. Para satisfação de seu direito, a exequente apresenta o requerimento com qualificação das partes e anexa planilha atualizada do débito, fazendo menção as quantias deferidas em sentença, e ainda cobrança dos honorários sucumbenciais, com os seguintes critérios: indenização securitária com correção monetária desde o sinistro (03/06/2015) e juros a partir da citação (19/06/2017). **Os honorários sucumbenciais foram calculados na planilha, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme comando sentencial.** A forma de cálculo de juros se deu de forma decrescente, a partir da citação. Por sua vez, deixa-se de especificar descontos obrigatórios em razão da verba deferida ter caráter indenizatório, sendo isenta de qualquer exação fiscal. A planilha foi elaborada com base nas premissas da sentença e se utilizou do Manual de Cálculos da Justiça Federal, a partir do programa PROJEF WEB desenvolvido pela Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, conforme anexos.

## II – DOS REQUERIMENTOS

7. *Isto posto*, requer a parte exequente que se digne Vossa Excelência em:

A) determinar a intimação da parte executada, na pessoa do advogado subscritor da contestação, nos termos do art. 523 do NCPC para pagar o débito exequendo de 3.845,61 (três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), incluída a verba honorária, conforme planilha anexa, sob pena de incidência de multa e honorários;

B) se não houver pagamento voluntário, proceda-se a penhora *on line* em contas do executado, vinculados a seu CNPJ, observando-se os seguintes valores: **LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAÚJO – R\$ 3.496,01**, e **RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO – R\$ 349,60** (correspondente a 10% da condenação), conforme cálculos descritivos anexos;

C) Com o pagamento voluntário ou o bloqueio do numerário financeiro, pugna-se pela expedição de alvarás judiciais para levantamento da quantia aprisionada em favor da parte autora e do advogado que esta subscrive (honorários sucumbenciais).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Frutuoso Gomes/RN, 23 de abril de 2019.

**RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO**

OAB/RN 9.340

*CPF: 061.637.194-25*

*Data de Nascimento 26/03/1987*